



Marinho dá recado para Dino e Moraes

Coordenador da campanha de Flávio Bolsonaro, senador se reúne com o presidente do STF, mas acusa ministros da Corte de atuarem politicamente

» RENATO SOUZA

O senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha de Flávio Bolsonaro à Presidência, acusou, ontem, os ministros Flávio Dino e Alexandre de Moraes de “agirem politicamente”. A declaração ocorreu após visita do parlamentar ao ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Marinho também defendeu mudanças no regimento do Senado para facilitar a aprovação de impeachment de magistrados.

Na conversa com Fachin e outros magistrados, Marinho afirmou que o Senado “não ficará omissivo” diante de crimes de responsabilidade. A reunião tinha sido solicitada pelo parlamentar há três semanas, mas o presidente do STF atendeu ao pedido apenas após o resultado do primeiro turno das eleições.

“Na hora em que houver algum crime de responsabilidade por um ministro do Supremo, o Senado não vai se omitir. E hoje tem se omitido. Pautar processo contra crime de responsabilidade é discricionariedade do presidente da Casa. Defendo que esse regimento seja modificado e que caso 49 senadores apresentem um processo por crime de responsabilidade, esse pedido será submetido à Procuradoria do Senado. Se os elementos estiverem presentes, esse processo terá de ser aberto, independentemente da vontade do presidente”, disse.

Marinho aproveitou, ainda, para atacar Dino e Moraes, considerados adversários do bolsonarismo. “Vejo que o Alexandre de Moraes e o Flávio Dino têm se comportado, no último tempo, claramente com o viés político. Não me nego a falar com

Rosinei Coutinho/STF



Após conversar com Fachin, Marinho deu a entender que os outros ministros não ficarão incólumes se Flávio vencer



Vejo que o Alexandre de Moraes e o Flávio Dino têm se comportado, no último tempo, claramente com o viés político. Não me nego a falar com eles, mas vou deixar passar o processo eleitoral”

Senador Rogério Marinho (PL-RN)

eles, mas vou deixar passar o processo eleitoral”, completou o parlamentar.

O senador também acusou o ministro Jorge Messias, da Advocacia-Geral da União (AGU), de atuar de maneira partidária ao pedir investigação sobre eventual interferência dos Estados Unidos nas eleições brasileiras. “Domingo, enquanto estava rolando as eleições, Messias ingressa com um pedido de abertura de inquérito alegando interferência externa na eleição com base numa reportagem de um jornal britânico”, ressaltou, referindo-se à matéria publicada no *The Guardian*.

“Queremos é que a população possa livremente exercer sua cidadania. E quem ganhar a eleição precisa ser empossado. Estamos preocupados como a lei tem sido

contornada por alguns integrantes do STF”, completou.

Ao longo da campanha, Flávio Bolsonaro anunciou aos apoiadores que poderia fazer “de quatro a cinco” ministros dos STF. Além daqueles que se aposentarão compulsoriamente por terem atingido 75 anos — casos de, que chega ao limite de idade em 26 de abril de 2028, e de Cármen Lúcia, que aniversaria em 19 de abril de 2029 —, o presidencial mira Dino e Moraes, ambos responsáveis pela condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro por chefiar uma quadrilha que tentou dar um golpe de Estado em 2022. O quinto ministro considerado adversário do clã e dos bolsonaristas é Cristiano Zanin, ex-advogado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que foi indicado ao STF sobretudo por causa disso.

Gustavo Moreno/STF



Ministro pode dar decisão monocrática favorável ao ex-presidente

Kassio pode rever pena

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), avalia analisar, após o segundo turno das eleições, o pedido apresentado pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro para rever a condenação que o levou a uma pena de 27 anos e três meses de prisão. Segundo uma fonte próxima ao ministro, a possibilidade de uma decisão individual, inclusive com eventual concessão de liminar para suspender os efeitos da condenação, está entre os cenários considerados.

Kassio, que também preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pretende evitar que uma decisão envolvendo Bolsonaro seja interpretada como interferência no segundo turno, disputado entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente.

Pessoas próximas ao ministro afirmam que Kassio identifica pontos do processo que, em sua avaliação, podem ter sido conduzidos com rigor excessivo. Entre as questões analisadas estão o direito de defesa, a individualização das condutas atribuídas a Bolsonaro e a própria extensão da pena aplicada. O ex-presidente está, atualmente, em prisão domiciliar e cumpre a condenação imposta pelo STF.

Embora haja a possibilidade de uma liminar, o cenário mais provável é de que o pedido seja submetido ao plenário. O ministro Gilmar Mendes, embora não tenha participado daquele julgamento, é apontado como contrário à possibilidade de revisão ampla da condenação. Da mesma forma, a Procuradoria-Geral da República defendeu a manutenção da condenação. **(Alicia Bernardes)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Lula e Flávio representam dois projetos de nação que dividem o Brasil

O segundo turno da eleição brasileira mobiliza complexos interesses. O Brasil vive uma encruzilhada geopolítica e, ao mesmo tempo, de modelo de desenvolvimento: negociar sua inserção como produtor de tecnologia e bens de maior valor ou ampliar o papel de fornecedor de produtos agrícolas e recursos minerais estratégicos. A aproximação norte-americana pode trazer investimentos, mas restringir as alternativas. Em contrapartida, a autonomia que Lula defende precisa produzir resultados. A diplomacia não supera, sozinha, a dependência tecnológica.

Mesmo enfraquecido pela ultrapassagem por Flávio, o governo Lula ainda concentra muito poder, quando nada porque arrecada, normatiza e coage. Entretanto, a expectativa de poder mudou de lado e, agora, na medida em que a votação se aproxima, pode ser maior até do que a força do Estado. Essa mudança de correlação de forças já chegou ao “pântano” da política, formado por alianças pragmáticas, interesses orçamentários e projetos de sobrevivência, que começam a recalculer sua posição. Quem se aproximou do Planalto e apostava na reeleição pode procurar outro porto. É uma tendência, não ainda uma deserção consumada de toda a base.

A ampliação do PL para 121 deputados e uma bancada prevista de 28 senadores, em 2027, reforça essa atração. Lula, se reeleito, encontrará um Congresso mais adverso. Flávio tenta apresentar a convergência com o Legislativo como garantia de governabilidade. Isso não assegura obediência parlamentar, mas altera o sistema de alianças.

Lula representa uma alternativa ancorada na combinação de direitos constitucionais e pluralismo. Suas raízes estão nas lutas sindicais, na resistência à ditadura e no pacto de 1988. Essa matriz aproxima social-democracia e reformismo popular, embora imponha acomodações com forças conservadoras e Lula seja uma liderança carismática e personalista. Sua maior contradição é depender de negociações opacas e interesses particulares do Centrão.

Realinhamento

Flávio representa uma direita nacional-conservadora, com tendências “liberais” herdadas do bolsonarismo, portanto, saudosista do regime militar e do chamado “milagre econômico”. A soberania popular é invocada para fortalecer o governante contra instituições intermediárias, promete um governo de maioria em conflito com as minorias e políticas igualitaristas. Suas raízes incluem o anti-comunismo, a tradição de tutela militar e o conservadorismo religioso, reorganizados pelas redes sociais. O poder plebiscitário possibilita ao líder reivindicar interpretar o “povo” contra as instituições.

A “economia do afeto” de Lula combina mercado, proteção social e Estado indutor. Herdou a tradição desenvolvimentista de Vargas e da Cepal, especialmente de Celso Furtado, matriz de seu repertório teórico: industrialização, investimento público e redução das desigualdades. Flávio defende liberalização econômica e autoridade política: privatizações, desregulação, contenção do gasto e protagonismo empresarial. Tem mais afinidades com Trump, que combina nacionalismo, tarifas e intervenção.

No plano social, a esquerda enfatiza direitos, redistribuição e serviços públicos. A direita privilegia família, religião, empreendedorismo e ordem, sem necessariamente abandonar transferências de renda. São respostas distintas à insegurança: proteção coletiva ou autonomia individual amparada por autoridade. A clivagem da segurança favorece a oposição nesta eleição. Quem ganhar, porém, terá que apresentar os mesmos resultados quanto ao trabalho precário, ao crime e à frustração dos jovens.

Além disso, o segundo turno não será apenas o confronto entre os dois candidatos mais votados. As urnas deslocaram a expectativa de poder de Lula para Flávio. Com 47,03% dos votos válidos, contra 45,16% do presidente, o senador ganhou a iniciativa. A diferença é reversível, mas altera cálculos políticos, econômicos e internacionais.

Hoje, as democracias representativas enfrentam as cobranças por respostas rápida. Negociação parlamentar, controle judicial e participação social são apresentados como obstáculos à eficiência dos governos. O “liberalismo” nasce dessa promessa de eficiência sem controles. Conserva eleições, mas procura enfraquecer o pluralismo, a imprensa, as minorias e os contrapesos institucionais. Hungria, Rússia e Turquia expressam graus distintos de fechamento político. Com Trump, entretanto, os Estados Unidos se tornaram o principal centro de projeção internacional. Há uma deterioração acelerada da democracia americana. A potência que difundia instituições liberais passou a irradiar impulsos autoritários.

Nesse contexto, a eleição brasileira mobiliza grandes interesses internacionais. Terras raras, energia, alimentos, dados, infraestrutura e Amazônia integram a disputa entre Washington e Pequim. Uma vitória de Flávio Bolsonaro aproximará Brasília da agenda de Donald Trump, encurtando a distância política que Lula preserva. O comércio com a China dificulta uma ruptura, mas cresce a pressão por um realinhamento diplomático radical.

Direita forte no Senado planeja impeachment

» ALÍCIA BERNARDES

O resultado das urnas no primeiro turno das eleições de 2026 redesenhou a correlação de forças no Senado e colocou o Supremo Tribunal Federal (STF) diante de um cenário de pressão política. Dos 54 candidatos eleitos no domingo, ao menos 30 declararam, na campanha, apoio à abertura de processos de impeachment contra ministros da Corte.

A ofensiva tem como principal alvo o ministro Alexandre de Moraes. Setores do PL, que terá 28 senadores na próxima legislatura, tratam o impeachment do magistrado como inegociável. A legenda calcula ter 49 votos favoráveis ao afastamento e precisa conquistar cinco para alcançar os 54 necessários.

Depois de o ministro André Mendonça levantar o sigilo de documentos relacionados ao caso Master, com as suspeitas sobre as relações de Moraes com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, este tornou-se o principal pretexto contra o ministro. Mas, entre os novos parlamentares que defenderam mudanças no Supremo, estão nomes com posições distintas sobre a responsabilização de ministros.

Eleita por Minas Gerais, a petista Marília Campos afirmou que o impeachment deve ser discutido apenas caso seja comprovada conduta incompatível com a lei. Já Mara Rocha (Republicanos-AC) defende uma reforma estrutural da Corte, incluindo a possibilidade de estabelecer mandato para ministros do STF, sob o argumento de que a permanência por tempo indeterminado contribui para a

concentração de poder.

A ofensiva contra o STF encontra respaldo na direção nacional do Novo, que condicionou as candidaturas ao Senado ao compromisso com processos de responsabilização de ministros suspeitos de crimes. Já o PL pretende transformar a pauta em uma das principais bandeiras no Congresso. A legenda rejeita a possibilidade de um acordo político que poupe Moraes.

Sem bloco único

A composição do novo Senado, contudo, não significa que exista uma maioria automática contra o STF. Na Corte, a avaliação de interlocutores é de que a nova bancada de direita no Senado não deve ser tratada como um bloco único. Parte dos eleitos mantém proximidade com setores do Centrão e pode se mostrar mais aberta ao diálogo.

Assim, a leitura é de cautela. Ministros e interlocutores da Corte consideram que a correlação de forças só poderá ser medida com maior precisão depois das posses. A expectativa é de que uma parcela dos novos senadores possa atuar de forma independente, sem aderir automaticamente às pautas mais radicais. A disputa pela Presidência do Senado será o primeiro teste da nova correlação de forças.

Enquanto aliados de Flávio Bolsonaro avaliam que o impeachment de Moraes deve ser tratado como prioridade a partir de 2027, a aposta de parte dos ministros do STF é construir canais de diálogo com os setores moderados do novo Senado.